

“Temos tido uma cooperação estreita com o Governo”

Textos **ANABELA CAMPOS**
e **HUGO SÉNECA**
Foto **ANA BAIÃO**

Alterar o regulamento do leilão da rede móvel de quinta geração (5G) implicaria “muitos meses” de atraso no processo, e o presidente da Anacom rejeita essa hipótese, apesar da litigância dos operadores em curso. João Cadete de Matos não equaciona a demissão e sublinha a confiança e a cooperação estreita com o Governo. Sobre o número de candidaturas ao leilão, nada disse, porque é confidencial. Quando sair da Anacom, rumará ao Banco de Portugal, de onde veio, garante.

Altice, NOS e Vodafone avançaram com providências cautelares para suspender o leilão. Se as providências forem aceites, a Anacom fica desautorizada?

Este regulamento foi antecedido de duas consultas públicas, com 505 participações. A Anacom analisou cuidadosamente os contributos e pronunciou-se. Fez ajustamentos no regulamento do leilão tendo em conta os resultados da consulta e as metas definidas pelo Governo na resolução do Conselho de Ministros. O regulamento é equilibrado, ponderado e responde aos interesses do país.

Não encara a hipótese de o regulamento ser alterado?

Não faz sentido. Qualquer alteração ao regulamento implica reiniciar o processo de consulta pública e o processo decisório. Na sexta-feira terminou o prazo de candidaturas e agora a Anacom está a analisá-las.

Se o Governo reabrisse o processo, por quanto tempo se adiará o 5G?

Implicaria um atraso de muitos meses. Não vislumbramos razão para isso — desde logo da parte do Governo, com quem mantivemos a cooperação institucional prevista. Seria inesperada uma decisão desse tipo. O Governo tem dito que, de acordo com a lei, a Anacom é responsável pela atribuição do espectro. O *roaming* nacional (um dos motivos da litigância dos operadores) é importante para o país — desde logo, por uma questão de racionalidade económica. As empresas do sector têm a ganhar em partilhar investimentos e aumentar o retorno com mais clientes. Em Portugal tivemos soluções de partilha nas redes fixas de cobre...

Com muita dificuldade...

Isso aconteceu com condutas, postes, torres, cabos submarinos, e em tudo isto houve uma atitude de impedir o acesso de novas empresas. Curiosamente, as empresas que hoje contestam a partilha foram as que mais se queixaram das dificuldades de acesso às infraestruturas quando entraram. Ainda há litígios em curso.

Mas há queixas de expropriação...

Quem utiliza as infraestruturas paga com base na negociação entre empresas. O *roaming* prevê o uso da antena de um operador para transmitir comunicações de outros operadores, mas importa lembrar que esses operadores vão ter de pagar. Não se trata de uma expropriação; e é equivalente ao que aconteceu noutras áreas, como o multibanco. No início, também houve quem defendesse redes privadas de multibanco.

Faria sentido um operador grossista?

Faz sentido nas zonas de baixa densidade populacional, como acontece na fibra ótica nas zonas norte e sul, com a dstelecom. É pena que a Fibroglobal, na zona centro, não tenha garantido as mesmas condições e tenha obrigado a Anacom a intervir. O Estado, sob nossa recomendação, tomou uma decisão que vai no sentido de a substituição dos cabos submarinos ser feita por uma entidade pública, a IP Telecom. É um ativo estratégico que deve estar disponível para todas as empresas em igualdade de circunstâncias. Postes e condutas têm de ser partilhados. É chocante ver cabos pendurados nas fachadas dos prédios... quando um cliente muda de operador, o cabo fica lá pendurado e é instalado outro. É irracional.

Os operadores ameaçam reduzir o investimento...

Acontece precisamente o contrário. É quando existem monopolistas que não há concorrência nem investimento. Só há concorrência se houver rentabilidade. Uma empresa só entra no mercado quando sabe que há retorno. Para isso, tem de haver a remoção de barreiras à entrada.

Os operadores receiam que seja a Anacom a definir preços...

O regulamento diz que as empresas têm de se sentar à mesa para definir condições de acesso. Se essas condições têm sido negociadas noutros países sem a intervenção do regulador, e com empresas que também estão presentes em Portugal (Altice e Vodafone), porque é que não há de ser possível aqui também? Se não chegarem a acordo, o regulador terá de intervir. E irá fazê-lo dentro da margem, para que a que dá o acesso tenha uma rentabilidade de acordo com os custos.

Há dúvidas sobre o limite de 10 anos para o roaming?

Está previsto que ao fim de oito anos se faça uma avaliação do mercado e se

verifique se é ou não necessário prorrogar o prazo. Estamos a falar de benefícios para novos operadores, que têm a obrigação de cobrir 50% do país em seis anos. Exige investimento.

O país comporta quatro operadores?

Não é a Anacom que tem de dar essa resposta. Criámos regras para os novos operadores entrarem, porque se verificou que o mercado é pouco dinâmico e que Portugal tem dos preços mais elevados da União Europeia.

Os operadores dizem que não há diálogo com a Anacom. Têm razão?

É inusitado que uma empresa (a Altice) diga que corta relações com um regulador. As únicas relações que a empresa tem (com a Anacom) são as que a lei determina... e têm de existir sempre. Haverá quem gostasse de cortar relações com o fisco ou as autoridades do trânsito... Mas a lei é para cumprir. O apelo que faço é à serenidade.

A Anacom está, como nunca, a tentar introduzir concorrência ou houve apenas mudança de estilo?

Do espectro atribuído em leilão, os atuais operadores detêm 487 megahertz (a soma de todas as licenças). A reserva de espectro é de 40 megahertz, ou seja, 8% do total. Os operadores estão há 20 anos sem concorrência e têm margens (de lucro) muito elevadas. Ouvimos um operador dizer que ‘se houver um novo concorrente, terei de reduzir preços’. As empresas vão ter de disputar clientes e vão ter de criar ofertas de qualidade a preços competitivos. Os operadores não se queixam dos preços do leilão. O preço é de €237 milhões para a totalidade do espectro, e no caso das faixas do 5G é de €160 milhões. Este espectro chegou a atingir na Europa valores quatro vezes superiores. E o Governo decidiu reduzir as taxas de espectro para o 5G em 80%... por 20 anos. É um desconto para o conjunto das faixas de €670 milhões. São incentivos enormes.

Os operadores, as associações do sector, como a APDC, solicitaram audiências ao Parlamento, ao primeiro-ministro e ao Presidente da República para fazerem queixa e manifestarem preocupação. Tem o lugar em causa?

A Anacom não é o presidente; é todo o conselho de administração e uma estrutura do regulador que faz estudos e propostas. Temos de cumprir a nossa missão com isenção, rigor e independência. Não somos pressionáveis. No dia em que não puder ser assim, serei o primeiro a sair. Temos tido da parte do Governo e do Parlamento total consideração. Com o sr. ministro das Infraestruturas a cooperação institucional é estreita. Assim como com o primeiro-ministro, o ministro da Economia ou a ministra da Coesão Territorial. Até desse ponto de vista considero que é ilegítima e não tem razoabilidade a pressão feita sobre o Parlamento e o Governo. As empresas que se têm queixado estão a usar as associações (do sector) algumas vezes de forma incompreensível. Até porque essas associações, como é o caso da APDC, não participaram na consulta pública do regulamento nem quiseram reunir com a Anacom.

“

É QUANDO EXISTEM MONOPOLISTAS QUE NÃO HÁ CONCORRÊNCIA NEM INVESTIMENTO

É INUSITADO QUE UMA EMPRESA DIGA QUE CORTA RELAÇÕES COM UM REGULADOR. HAVERÁ QUEM GOSTASSE DE CORTAR RELAÇÕES COM O FISCO OU AS AUTORIDADES DO TRÂNSITO... MAS A LEI É PARA CUMPRIR

”